



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 8728

**Presidente da Mesa Diretora:** Antônio Silveira de Sá

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Celebração de convênios, termos de cooperação e aditivos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 06/08/2013

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 101/2013. Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar convênio e repassar recursos financeiros à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – UNDIME/MG, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.633, de 16/08/2013).

**Controle Interno – Caixa:** 21.3

**Posição:** 34

**Número de folhas:** 07

---

Receita: R  
Categoria: Repassa recursos  
21.3  
m: 34  
fls: 06

Nº 54/2013



13.08.2013

# Câmara Municipal de Montes Claros

Lei nº 4.633, de 16/08/2013

PROJETO DE LEI Nº 101/2013

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais - UNDIME MG - e dá Outras Providências.

## MOVIMENTO

1 Entrada em 06/08/2013

2 Comissão de Legislação e Justiça e Fianças Orçamento Tomada de Contas.

3 -

4 - APROVADO EM REGIME DE URGEN

5 - C/A EM 13.08.2013.

6 -

7 -

8 -

9 -

10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002

**101**  
PROJETO DE LEI Nº DE 29 DE JULHO DE 2013.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS À UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UNDIME MG – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Montes Claros (MG), por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome, e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte lei:

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, autorizado a firmar convênio e repassar recursos financeiros no valor de R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais) para a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – UNDIME MG.

**Parágrafo único.** O repasse de que trata o *caput* deste artigo será feito em parcela única à entidade mencionada .

**Art. 2º** – O convênio tem por objeto a cooperação técnica entre os convenientes, com a finalidade de propiciar uma melhoria da educação básica no Sistema Municipal de Ensino, através do oferecimento de suporte técnico-pedagógico na gestão educacional do Município.

**Art. 3º** - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

**02.07.01-12.122.0005.4.011-33.50.41**

**Valor: R\$3.600,00 (três mil e seiscentos reais)**

**Art. 4º** – Ficam revogadas as disposições em contrário.

**Art. 5º** – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Montes Claros, 29 de julho de 2013.

*Ruy Adriano Borges Muniz*  
Ruy Adriano Borges Muniz  
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 06 DE AGOSTO DE 2013  
F. Silva  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇAMENTOS E CONTABILIDADE  
EM 06 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM SESSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 13 DE AGOSTO DE 2013  
PRESIDENTE



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – Montes Claros – MG - CEP 39.401-002*

Montes Claros (MG), 29 de julho de 2013.

Exmo. Sr.

Vereador Antônio Silveira de Sá (Dr. Silveira)

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros.

Ofício nº GP- 298 /2013

Assunto: encaminhamento de projeto de lei

Senhor Presidente,

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douda Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que **“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO E REPASSAR RECURSOS À UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS – UNDIME MG – E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”**

O presente projeto de lei tem como objetivo promover a cooperação técnica entre as partes envolvidas, com a finalidade de propiciar uma melhoria da educação básica no Sistema Municipal de Ensino, através do oferecimento de suporte técnico-pedagógico na gestão educacional do Município.

Importante esclarecer que a União dos Dirigentes Municipais de Educação de Minas Gerais – UNDIME/MG é uma associação civil, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte/MG e que integra, junto às demais seccionais presentes em cada Estado, a Undime Nacional, com sede em Brasília. O corpo diretivo das UNDIMES é formado pelos Dirigentes Municipais de Educação que, eleitos através de assembléias instituídas nos Fóruns realizados a cada dois anos, representam a instituição nas discussões sobre as políticas públicas da educação municipal. Ao considerar como membro nato todos os Dirigentes Municipais de Educação, a UNDIME/MG está presente nos 853 municípios mineiros estendendo uma rede organizada em torno da interlocução com entidades e órgãos nacionais e internacionais, o que demonstra a relevância do presente projeto de lei.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
Ray Adriano Borges Muniz

Prefeito Municipal





# **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

## **ASSESSORIA LEGISLATIVA**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 101/2013 QUE “Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos Financeiros com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais e dá Outras Providências.” de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade e legalidade.


Não se vislumbra no projeto em questão qualquer vício de iniciativa, tendo em vista que compete ao Executivo a iniciativa de projetos versando sobre questões financeiras, inclusive convênios, desde que com a autorização da Câmara.

O mesmo se diga em relação ao seu objetivo, ou seja, não se vê nenhuma ilegalidade no referido projeto, entretanto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é legal e constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 07 de agosto de 2013.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605



**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 101/2011**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – e dá Outras Providências.**

**I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão em 06/08/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/08/2013.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

A Assessoria Legislativa da Casa emitiu parecer de legal e constitucional.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, firmar convênio com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – UDIME, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), em parcela única.

Nos termos da Mensagem do Executivo, o PL tem por objeto a cooperação técnica entre os convenientes, com a finalidade de propiciar uma melhoria da educação básica no Sistema Municipal de Ensino, através do oferecimento de suporte técnico- pedagógico na gestão educacional do Município.

De acordo com a Lei Orgânica Municipal compete ao Executivo repassar recursos financeiros, bem como firmar convênios com entidades, observando os requisitos legais previstos na legislação pertinente.

Verifica-se que a dotação orçamentária indicada como fonte do recurso, consta no orçamento vigente, com receita suficiente para arcar com as despesas previstas.

**III – CONCLUSÃO**

Face ao exposto, esta Comissão opina pela legalidade e constitucionalidade do presente projeto e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Ladislau Ronaldo Ferreira \_\_\_\_\_

Relator: Ver. Alfredo Ramos Neto: \_\_\_\_\_



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 101/2011**

**AUTOR: Executivo Municipal**

**MATÉRIA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a Firmar Convênio e Repassar Recursos à União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – e dá Outras Providências.**

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída às Comissões em 06/08/2013, com entrada na Sala das Comissões no dia 08/08/2013.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, para, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, a ela submetida.

A Assessoria Legislativa da Casa e a Comissão de Legislação, Justiça e Redação emitiram parecer de legal e constitucional.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O projeto de lei, em análise, autoriza o Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Educação, firmar convênio com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de Minas Gerais – UDIME, no valor de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais), em parcela única.

Nos termos da Mensagem do Executivo, o PL tem por objeto a cooperação técnica entre os convenientes, com a finalidade de propiciar uma melhoria da educação básica no Sistema Municipal de Ensino, através do oferecimento de suporte técnico- pedagógico na gestão educacional do Município.

Verifica-se que a dotação orçamentária indicada como fonte do recurso, consta no orçamento vigente, com receita suficiente para arcar com as despesas previstas.

#### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à apreciação do Projeto de Lei pelo Plenário.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2013.

Presidente: Ver. Altamar de Freitas Cardoso

Vice- Presidente : Ver. José Marcos Martins de Freitas.

Relator: Ver. Fábio Neves Nunes